

Divergências sobre a política monetária

GAZETA MERCANTIL

16 AGO 1989

16 AGO 1989

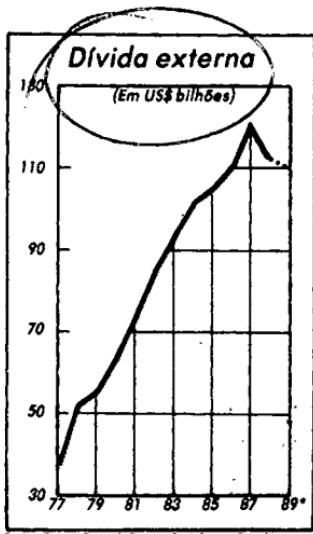
por Cláudia Safatle
de Brasília

O governo intensificará, a partir de agora, as conversações com os bancos credores internacionais, para buscar uma solução ao pagamento de cerca de US\$ 2,3 bilhões de juros da dívida, que vencem na segunda quinzena de setembro próximo.

Esse montante soma-se aos cerca de US\$ 300 milhões de juros atrasados que o País deve aos bancos credores e que estão retidos no Banco Central desde a centralização do câmbio, no início do mês passado.

"Não achamos conveniente adotar uma atitude de passividade e certamente intensificaremos nossos contatos agora, antes da data do pagamento", disse o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, ontem a este jornal, sem entrar em detalhes sobre, se por exemplo, o governo brasileiro poderia negociar um financiamento dos bancos para o pagamento dos juros ou pedir um prazo adicional aos bancos.

O certo é que, se não houver uma solução alternativa, o governo brasileiro pretende simplesmente não pagar. Só pagaria se as reservas cambiais crescessem, até setembro, cerca



Fonte: Banco Central / Centro de Informações do Gázeta Mercantil
* Previsão

de US\$ 2,3 bilhões acima da faixa de segurança, o que parece impossível.

Simultaneamente às gestões que deverão ser iniciadas junto aos bancos credores, o ministro da Fazenda continua na expectativa da viabilidade de um acordo com o FMI, transitório, mas suficiente para desobstruir os créditos do Banco Mundial, dos bancos privados e do governo japonês.

"Se permanece uma missão lá (em Washington) até agora é porque existe uma possibilidade de acordo, difícil, mas não impossível", frisou o ministro. O assessor Mikal Gar-

tenkraut, enviado há mais de duas semanas para retomar os contatos com o FMI, deveria ter retornado a Brasília no final da semana passada, mas foi recomendado a permanecer em Washington, conversando com os técnicos do FMI, por mais esta semana.

O ponto principal das conversas técnicas, hoje, é a política monetária — "que é o grande instrumento que o governo conta para manter a situação sob controle", observou Nóbrega.

"O problema é chegarmos a um acordo sobre o que é possível fazer na área da política monetária, como instrumento de sintonia fina, consideradas as dificuldades do estreitamento da base monetária

(Continua na página 21)

A comissão mista do Congresso deve votar hoje o parecer do senador Severo Gomes (PMDB-SP), sobre como o Poder Legislativo deve proceder em relação à dívida externa de US\$ 114 bilhões. Para o senador a suspensão do pagamento da dívida não deve ser tomada, já que existem compromissos formais em nome da União. Devem ser apreciados também outros projetos sobre a mesma matéria.

(Ver página 21)